**SÚMULA 257ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CED-CAU/RS**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| DATA: | 03 de novembro de 2022, quinta-feira | HORÁRIO: | 9h às 12h e das 14h às 17h |
| LOCAL: | Sede do CAU/RS – Rua Doa Laura, nº 320, 15º, sala de Reuniões nº 1, bairro Rio Branco, Porto Alegre/RS. |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| PARTICIPANTES | Fábio Müller | Coordenador |
| Ingrid Louise de Souza Dahm | Coordenadora Adjunta |
| Silvia Monteiro Barakat | Membro  |
| Gislaine Vargas Saibro | Membro |
| Carline Luana Carrazzo | Membro |
| ASSESSORIA: | Sabrina Lopes Ourique | Assistente Administrativo |
| Flávio Salamoni | Assessor Jurídico |
| CONVIDADA: | Andrea Borba Pinheiro | Arquiteta e Urbanista |
| SECRETARIA: | Danuza Daudt | Assistente de Atendimento e Fiscalização |

|  |
| --- |
| 1. **Verificação de quórum**
 |
| **Presenças** | Estão presentes os(as) conselheiros(as) acima nominados(as). O conselheiro Fausto Henrique Steffen solicitou a convocação de sua suplente. |
|  |
| 1. **Aprovação da súmula da 256ª Reunião Ordinária**
 |
| **Discussão** | A súmula da 256ª Reunião Ordinária foi encaminhada previamente, aprovada a súmula por maioria dos presentes. |

|  |
| --- |
| 1. **Apresentação da pauta e extrapauta**
 |
| É mantida a pauta previamente enviada. Incluídos itens 6.1 e 6.2 como extrapauta. |

|  |
| --- |
| 1. **Comunicações**
 |
| **Discussão** |  |

|  |
| --- |
| 1. **Ordem do Dia**
 |
|  | **Plano de Trabalho 2023** |
| **Fonte** | Coordenação |
| **Relatora** | Membros |
| **Discussão** |  |
| **Encaminhamento** | Repautar |
|  |
|  | **Perguntas e Respostas** |
| **Fonte** | Coordenação |
| **Relatora** | Membros |
| **Discussão** | O assessor jurídico Flávio apresenta as últimas perguntas e respostas elaboradas. O coordenador da CED-CAU/RS Fábio sugere que as respostas sejam dispostas em tópicos. A comissão analisa, debate e efetua acréscimos no texto. O assessor jurídico informa que existem 27 perguntas organizadas por tema, revisadas pela comissão. A assessora operacional Sabrina apresenta a deliberação acerca do projeto ‘Descomplica Ética’. |
| **Encaminhamento** | Deliberação nº 069/2022 da CED-CAU/RS: aprovada com quatro votos favoráveis e uma ausência justificada, por motivo de saúde, da conselheira Ingrid. |
|  |
|  |
|  | **Alinhamentos com a Fiscalização** |
| **Fonte** | Comissão |
| **Relatora** | Membros |
| **Discussão** | O coordenador da CED-CAU/RS Fábio explica os motivos de a chefe da fiscalização do CAU/RS Andrea Borba Pinheiro ter sido convidada para a reunião. Em síntese, ele menciona que existem situações que, talvez, pudessem ser resolvidas pela fiscalização, em vez de serem encaminhadas para a CED-CAU/RS. Ele pergunta à Andrea se existe essa possibilidade de solucionar casos em que há irregularidades como a ausência de placas ou de RRT. Ele menciona também os casos em que o profissional de arquitetura anuncia serviços e valores em redes sociais, antes de efetuar qualquer contrato ou RRT, o que não é considerado ético. A conselheira Ingrid menciona sobre os casos nos quais todas demais infrações são afastadas, restando apenas ausência de RRT ou de placa, o que já poderia ser resolvido pela fiscalização. A Andrea esclarece que a fiscalização não encaminha à CED-CAU/RS denúncia que contenha somente indício de infração por ausência de placa ou de RRT. Ela afirma que somente seriam encaminhadas denúncias desse tipo caso o notificado não atendesse a orientação da fiscalização. Ela menciona o entendimento anterior da CED-CAU/RS, que não acatava atuação orientativa da fiscalização, pois considerava que assim se poderiam contaminar os fatos e, com isso, desconfigurar a infração originalmente denunciada. Por isso, a fiscalização passou atuar da forma como vem fazendo. O assessor jurídico Flávio esclarece que o processo ético e o processo fiscalizatório podem andar juntos, pois são duas coisas diferentes. A assessora operacional Sabrina menciona que, normalmente, as pessoas não entendem que existem duas formas de analisar a situação. O coordenador acredita que não haveria contaminação do processo ético, se a fiscalização atuasse dessa forma. A Andrea concorda com o coordenador e informa que era assim que a fiscalização atuava, reiterando que foi orientação da CED-CAU/RS que alterou esse modo de operar. Todavia, ela concorda que, agora, se houver um novo entendimento da CED-CAU/RS, é possível alterar o procedimento, novamente. Quanto à ausência de RRT, existe orientação precedente de que o procedimento deva ser encaminhado para a comissão de ética, quando contiver outras supostas infrações, além da questão do RRT. Nesse caso, havendo indícios, a atuação da fiscalização não poderia interceder, pois não seria competência desse setor. Ela complementa que, nesse caso, o *modus operandi* seria através das diligências requisitadas pelos conselheiros da CED-CAU/RS. Ela acredita que é possível que isso seja feito antes, mas carece de previsão jurídica. O assessor jurídico acredita que a atuação da fiscalização deve cuidar para que não ocorra vício no processo. A comissão debate a respeito. A fiscal do CAU/RS Andrea sugere que ambos os processos (ético e exercício profissional) possam ser vinculados no SICCAU. Em relação à situação específica de anúncio com honorários prévios ~~ao contrato~~, a fiscal reitera que não há norma ética prevendo a infração. Todavia, ela sugere que a comissão poderia deliberar a respeito e, com base nisso, a fiscalização atuar a fim de solucionar esse tipo de caso, antes de encaminhar à comissão de ética. A assessora operacional Sabrina menciona acerca de uma deliberação (nº 030/2021) que tratava de assunto referente à atuação da fiscalização, a qual, talvez, devesse ser revogada. O coordenador concorda que deva ser pautado um item a respeito, ~~disso~~ para proceder aos ajustes necessários. A assessora operacional Sabrina sugere que seja expedida uma deliberação geral e outras específicas para cada situação tratada.A Andrea menciona que, antes da alteração da Resolução nº 198/2020, o procedimento da fiscalização continuará sendo o mesmo, no que tange à regularização das placas. Ela reitera, portanto, que se o problema é somente placa, ou somente RRT, esse não é encaminhado para a comissão. Somente quando estiverem no bojo com outros indícios de infração. Nesse ínterim, o coordenador reitera que o objetivo da CED-CAU/RS é que esses indícios de irregularidade sejam tratados de forma separada, o que será deliberado. |
| **Encaminhamento** | Pautar novamente para deliberação. |
|  |
|  | **Treinamento Técnico em Brasília – Alteração da Resolução CAU/BR nº 143/2017**  |
| **Fonte** | Coordenação |
| **Relatora** | Membros |
| **Discussão** | O coordenador Fábio fez uma relato da participação da CED-CAU/RS em referido evento. Ele sugere que talvez devesse ser encaminhada uma deliberação da CED-CAU/RS sugerindo que o CAU/BR faça outro treinamento, assim que possível, a fim de tratar mais de questões práticas acerca das alterações na Resolução nº 143/2017. A conselheira Carline comenta que o treinamento de Brasília, talvez, pudesse ter ~~sido~~ abordado sobre as alterações de forma mais prática. A assessora operacional Sabrina verifica que essa troca entre as CED-CAU/UF´s é de grande utilidade. A conselheira Gislaine observa que poderiam ter participado do treinamento os conselheiros da CED-CAU/BR. O assessor jurídico Flávio acredita que o treinamento foi produtivo, mas concorda que a ausência dos conselheiros da CED-CAU/BR foi um aspecto a destacar. O conselheiro Fábio solicita a elaboração de uma deliberação para solicitar à CED-CAU/BR uma sequência de treinamentos. Ele reitera pela participação de toda a comissão e assessoria. A conselheira Carline destaca a importância da participação da assessoria nesses treinamentos. A comissão e a assessoria debatem a respeito. |
| **Encaminhamento** | Elaborar deliberação. |
|  |
|  | **Seminário Regional em POA** |
| **Fonte** | Assessoria |
| **Relatora** | Membros |
| **Discussão** | O coordenador da CED-CAU/RS Fábio menciona que a programação do seminário regional não tem ingerência da CED-CAU/RS. Ainda assim, ele sugere que a CED-CAU/RS apresente relato de processos que trataram acerca do assunto reserva técnica (RT) e que possa ser feita uma apresentação conjunta com os membros da CTBP-CAU/RS e do trabalho desenvolvido. A assessora operacional Sabrina acredita que o único processo sobre RT não seria talvez o melhor exemplo a ser exposto no seminário, pois foi improcedente por ausência de provas. O assessor jurídico Flávio menciona que pode ser aproveitado o relato da situação desse processo, destacando quais falhas foram constatadas. O coordenador sugere que sejam relatados casos da fiscalização, e a assessoria informa que não há nenhum relato disso. O coordenador, então, reitera que seja relatada a atuação da CTBP-CAU/RS. A conselheira Gislaine menciona que a Deliberação Plenária a respeito da RT pode ser apresentada em conjunto com a planilha de ações elaborada pela CTBP-CAU/RS, como base, mas que ainda não está finalizada, e não tem aprovação plenária, tendo em vista que os trabalhos da CTBP foram interrompidos quando foi aventada a possibilidade do tema da RT ser trazido de volta para a CED.  |
| **Encaminhamento** | A assessoria jurídica e a assessoria operacional ficaram de elaborar o material da apresentação. |
|  |
|  | **Análise de Processos**  |
|  |
| **Fonte** | Assessoria Operacional |
| **Relator** | Fábio Müller |
| **Discussão** | **Processo nº 1.046.677/2020. Processo em fase de instrução**. Apresentar Relatório e Voto. |
| **Encaminhamento** | Repautar |
|  |
| **Fonte** | Assessoria Operacional |
| **Relator** | Fábio Müller |
| **Discussão** | **Processo nº 1.131.440/2020. Fase de admissibilidade.** O relator apresenta síntese do caso. Ele apresenta parecer pelo acatamento da denúncia. |
| **Encaminhamento** | Deliberação nº 070/2022 da CED-CAU/RS: aprovada com quatro votos favoráveis e uma ausência justificada da conselheira Ingrid. |
|  |
| **Fonte** | Assessoria Operacional |
| **Relatora** | Carline Luana Carazzo |
| **Discussão** | **Processo nº 1.494.546/2022. Processo em fase de admissibilidade.** Emitir parecer de admissibilidade. |
| **Encaminhamento** | Repautar. |
|  |
| **Fonte** | Assessoria Operacional |
| **Relatora** | Carline Luana Carazzo |
| **Discussão** | **Processo nº 1.511.231/2022. Processo em fase de admissibilidade.** Emitir parecer de admissibilidade. |
| **Encaminhamento** | Repautar |
|  |
| **Fonte** | Assessoria Operacional |
| **Relatora** | Ingrid Louise de Souza Dahm |
| **Discussão** | **Processo nº 1.149.354/2020. Processo em fase de admissibilidade.** Emitir parecer de admissibilidade. Por motivos de saúde, a conselheira não pode continuar na reunião para analisar o processo. |
| **Encaminhamento** | Repautar |
| **Fonte** | Assessoria Operacional |
| **Relatora** | Silvia Monteiro Barakat |
| **Discussão** | **Processo nº 723.070/2018. Fase de instrução**. A conselheira apresenta seu relatório e voto pela improcedência da denúncia, em razão de que não foi verificada infração ética.  |
| **Encaminhamento** | Deliberação nº 073/2022 da CED-CAU/RS: aprovada com quatro votos favoráveis e uma ausência justificada da conselheira Ingrid. |
|  |
| **Fonte** | Assessoria Operacional |
| **Relatora** | Gislaine Vargas Saibro |
| **Discussão** | **Processo nº 886.411/2019. Fase de instrução.** Análise da petição de produção de prova oral. A conselheira Gislaine verificou que é necessária a realização de audiência de instrução, e encaminha despacho saneador. |
| **Encaminhamento** | Definir data de audiência junto à assessoria. |
|  |  |
| **Fonte** | Assessoria Operacional |
| **Relatora** | Gislaine Vargas Saibro |
| **Discussão** | **Processo nº 1.345.134/2021 e 1.426.427/2021. Fase de admissibilidade**. A relatora menciona que o arquiteto é o mesmo em ambas as denúncias, as quais são de ofício, partindo da mesma Prefeitura. A diferença reside nas obras, pois são em endereços diferentes, e nas datas dos RRTs pertinentes. Diante disso, a comissão debate a respeito. A conselheira Gislaine apresenta o resumo de ambos os processos. No caso do protocolo SICCAU nº 1.426.427/2021 (deliberação nº 071/2022), a conselheira apresenta parecer pelo acatamento. E no caso do protocolo SICCAU nº 1.345.134/2021 (deliberação nº 072/2021), decide pelo não acatamento. |
| **Encaminhamento** | Deliberações nº 071 e nº 072/2022 da CED-CAU/RS: aprovadas com quatro votos a favor e uma ausência justificada da conselheira Ingrid. |
|  |
| **Fonte** | Assessoria Operacional |
| **Relator** | Maurício Zuchetti |
| **Discussão** | **Processo nº 1.349.075/2021. Fase de admissibilidade**. Anulação da DLB 083/2021 e designação de relator. A assessora técnica Sabrina apresenta a situação do referido protocolo, reiterando que, em que pese o conselheiro original tenha apresentado parecer, esse não foi encaminhado, ainda que solicitado muitas vezes. Dessa forma, a comissão analisa a questão procedimental. O coordenador Fábio concorda com o procedimento sugerido pela assessoria. Por oportuno, a comissão decide que os casos semelhantes serão tratados pela deliberação ora posta em votação. Por fim, a comissão debate a respeito da apuração da conduta ética do(a) conselheiro(a) que ficar mais de 1 ano sem encaminhar a decisão devidamente assinada, com isso, procrastinando com relação ao andamento do processo. Todavia, por inexistir regra acerca do prazo para apresentação das decisões e despachos, o assunto fica em suspenso para eventual deliberação. O coordenador reitera que sejam redesignados todos os processos com situação análoga ao presente caso. A assessora operacional Sabrina apresenta as deliberações para redesignação das denúncias, cujos protocolos SICCAU são os de nº 1.349.075/2021, nº 1.244.622/2021, nº 598.521/2017, nº 1.077.100/2020 e nº 1.038.214/2020, respectivamente, Deliberações nº 074, 075, 076, 077 e 078/2022. |
| **Encaminhamento** | Deliberações nº 074, 075, 076, 077 e 078/2022 da CED-CAU/RS: aprovadas com quatro votos favoráveis e uma ausência justificada da conselheira Ingrid. |
|  |  |
| **Fonte** | Assessoria Operacional |
| **Relatora** | Carline Luana Carrazzo |
| **Discussão** | **Processo nº 1.555.524/2022. Fase de admissibilidade.** Despacho de requisitos ou parecer de admissibilidade. |
| **Encaminhamento** | Repautar |
|  |
|  |
| 1. **Extrapauta**
 |
|  | **Deliberação sobre fiscalização** |
| **Fonte** | Coordenação |
| **Relatora** | Membros |
| **Discussão** |  |
| **Encaminhamento** | Repautar |
|  |  |
|  | **Datas das reuniões, julgamentos e audiências**  |
| **Fonte** | Coordenação |
| **Relatora** | Membros |
| **Discussão** | Em determinado momento, o assessor jurídico convida a secretária-geral Josiane para que faça parte da reunião. A secretária-geral Josiane, então, passa a fazer parte da reunião, uma vez que a comissão precisa definir as datas de reuniões, audiências, julgamentos e oficinas de treinamento no calendário 2023. A secretária-geral e a comissão analisam o calendário ~~oficial~~ do CAU/RS de 2023 e decidem em conjunto quais as datas são pertinentes para realizar os atos da comissão. |
| **Encaminhamento** | A secretária-geral irá promover as complementações necessárias no calendário. |
|  |  |

|  |
| --- |
| 1. **Definição da pauta da próxima reunião**
 |
| **Assunto** | **Análise de processos** |
| **Fonte** | CED-CAU/RS |
|  |
| 1. **Verificação de quórum – encerramento**
 |
| **Presenças** | A reunião encerra às 17h15min com os(as) participantes acima nominados(as). Ausente a conselheira Ingrid, por razões de saúde. Portanto, ausência devidamente justificada. |

**FÁBIO MÜLLER**

Coordenador da CED-CAU/RS

**Danuza Daudt**

Assistente de Atendimento e Fiscalização do CAU/RS